

Diálogos

Diálogos - Revista do Departamento de
História e do Programa de Pós-Graduação em
História

ISSN: 1415-9945

rev-dialogos@uem.br

Universidade Estadual de Maringá
Brasil

Colmán Duarte, Evaristo Emigdio

PARAGUAI, NACIONALISMO E DITADURAS

Diálogos - Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História, vol.

11, núm. 1-2, 2007, pp. 81-86

Universidade Estadual de Maringá

Maringá, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=305526867004>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc



Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

PARAGUAI, NACIONALISMO E DITADURAS*

Evaristo Emigdio Colmán Duarte¹

Os artigos da Ceres Moraes e Lorena Soler têm em comum a preocupação com a ditadura de Stroessner. Este é certamente um tema de grande interesse não apenas pelas suas conotações políticas – além de ser uma das mais sanguinárias ditaduras dos tempos modernos –, mas pela sua longevidade. Como a Professora Soler aponta, é um desafio às ciências políticas e à sociologia a explicação deste fenômeno. As autoras abordam a problemática desde ângulos diferentes, mas não antagônicos.

Lorena Soler destaca em seu artigo, que a guerra contra a tríplice aliança e as condições políticas anteriores ao conflito propiciaram um conjunto de representações que foram eficazmente utilizadas para legitimar a ditadura de Stroessner. Este reservatório de representações foi mobilizado quando “foi evidente a impossibilidade de instaurar um regime político liberal”. Estas representações, também, “evidenciaram as limitações do regime político e econômico [resultante] da Guerra Grande”.

Já Ceres Moraes concentra sua atenção no peso que a interferência dos EUA e o Brasil tiveram na conformação e consolidação da ditadura. Decorrente dos interesses regionais dos Estados Unidos no marco da Guerra Fria e da disputa geopolítica do Estado brasileiro pela hegemonia no Prata, consagrou-se no Estado paraguaio uma orientação decididamente anticomunista e a sua política pendular inclinou-se para o lado do Brasil, desde a década de 1940, e se consolidou durante a ditadura de Alfredo Stroessner.

A Professora Lorena Soler busca identificar os elementos de longa duração que expliquem as dificuldades para o estabelecimento

* Texto recebido em 27/11/2006. Autor convidado.

¹ Doutor em História pela UNESP, professor do departamento de Serviço Social da UEL.

de um regime político liberal no Paraguai e, em consequência, nos possíveis elementos de ruptura com o aparato legitimador (lopizmo) inaugurado depois do golpe que depôs Stroessner.

A recuperação do passado lopizta enquanto “mito fundador”² é localizado pela autora depois da Guerra do Chaco (1932-1935) contra a Bolívia. Uma das razões da apropriação stronista deste mito foi a “possibilidade de reinventar-se como sucessor das ‘famílias fundadoras’ e o clima antiliberal e nacionalista militarista propício”.

Na tradição política do Paraguai esta ideologia recebeu o nome de nacionalismo. Este confrontou-se com a ideologia liberal construída para justificar o Estado resultante da derrota para a tríplice aliança. O liberalismo paraguaio, por seu turno, tinha na Constituição de 1870 a sua grande referência simbólica e condensava a promessa de regenerar o povo paraguaio dos anos de escárnio sofridos sob as ditaduras de Francia e dos Lopez.

O que de fato o liberalismo propiciou foi o agravamento da opressão social, a dilapidação de terras públicas, endividamento do Estado e maior ingerência estrangeira. Em todo o período liberal não foi possível consolidar-se o respeito às instituições parlamentares e ao livre e pacífico jogo eleitoral. Revoluções, quarteladas, assassinatos políticos e todo tipo de violência caracterizaram a vida política paraguaia sob o domínio liberal.

Nesse contexto, a sedução do passado lopizta (idealizado), se acentuava pela estabilidade que caracterizara aquele regime, pouco importando que a estabilidade fosse consequência da ausência ou proibição de qualquer manifestação contraria ao governo. Somava-se também o atributo da soberania, que o Paraguai perdera com a guerra.

É dessa forma que nos parece pode se interpretar a afirmação da Professora Soler de que as representações “do período pré-belico” – que constituíram o nacionalismo lopizta – “... evidenciaram as limitações do regime político e econômico resultante da Grande

² CHAUI, Marilena. *Mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

Guerra". Ou seja, a vigência do nacionalismo lopizta evidencia o fracasso liberalismo, pois, a efetividade de uma ideologia, não é consequência da perfeição de sua formulação, mas, de sua adequação aos processos políticos e sociais determinados.

Porque a final o nacionalismo lopizta serviu como mito justificador à ditadura de Stroessner? Ainda mais que a política implementada por ele não se caracterizou pela defesa da soberania nacional.

Na fabricação do nacionalismo lopizta havia, além da necessidade de organizar a nova geração de intelectuais da pequena-burguesia cuja ascensão social era bloqueada pela estrutura social e política do pós-guerra, um elemento objetivo que subjaz a qualquer formulação nacionalista: a efetiva falta de soberania nacional. É da violação ao princípio da soberania que o nacionalismo retira sua "legitimidade".

De acordo com Gellner³, o Estado moderno, ou seja, o Estado nacional, precisa justificar-se numa idéia, a idéia de que “esse” Estado corresponde a uma determinada nação⁴, no caso, o Estado paraguaio corresponderia à nação paraguaia⁵. É desse princípio que Gellner deriva o nacionalismo. De acordo com a sua formulação, o nacionalismo seria o sentimento de “cólera causado pela violação deste princípio ou o Estado de satisfação causado pela sua realização” (GELLNER, 1993, p.11). A forma extrema de violação desse princípio é aquela na qual “os governantes da unidade política pertencem a uma nação diferente da maioria dos governados” (GELLNER, 1993, p.12). No Estado paraguaio de pós-guerra a

³ GELLNER, Ernest. *Nações e Nacionalismo*. Lisboa: Gradiva, 1993

⁴ GELLNER, Ernest. “O Advento do Nacionalismo e sua Interpretação: Os mitos da nação e da classe” In: BALAKRISHNAN, Gopal. (org.) *Um Mapa da Questão Nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000

⁵ “Dada a competição de vários Estados pelas áreas superpostas de captação [de seres humanos socialmente aceitáveis e economicamente operacionais], a única maneira pela qual uma determinada cultura pode proteger-se de outra que já tenha seu Estado protetor específico é conseguir um para si, caso ainda não o possua. Assim como toda moça deve ter um marido, de preferência o seu, toda cultura deve ter seu Estado, de preferência o dela.” (Gellner, 2000, 119).

situação só não chegava àquela forma extrema porque os governantes eram paraguaios. A ressonância do nacionalismo tinha um fundamento na realidade do país. Além disso, o liberalismo era claramente identificado com o invasor – os argentinos.

A outra característica do passado Estado lopizta era o despotismo. Este despotismo será largamente “justificado” desde o golpe do Coronel Rafael Franco em 1936 até a ditadura de Stroessner. Receberá inclusive uma formulação filo-fascista nas mãos do colorado Natalício González.

As debilidades da estrutura social, contudo, não propiciaram de imediato a composição de um bloco de poder alternativo que desse estabilidade ao “novo” Estado antiliberal. E mesmo depois da derrota militar dos liberais, febreristas e comunistas na guerra civil de 1947, a instabilidade continuou. É nesse percurso que a ditadura de Stroessner se apropriou das representações do Estado lopizta e, durante 35 longos anos “reinventou-se” como sucessor das “famílias fundadoras” da nacionalidade.

Herdou a legitimação construída pelo “Estado Nacional Revolucionário” contra o Estado liberal pela suposta defesa da soberania, mas, aplicou o estilo despótico e pessoal a exaustão a ponto do regime praticamente se confundir com a pessoa dele.

Na avaliação do grau de ruptura (*quiebra*) que o “processo democrático iniciado após a queda de Stroessner” representa, e projeção do “relato sobre o passado” necessário para legitimar o novo processo político, há certamente, dificuldades de todo tipo.

Mas, há um elemento que a professora Soler indica e que nos parece fecundo como aproximação explicativa. Ela chama nossa atenção para as “condições da estrutura política e social em que se insere a ditadura, atendendo a elementos de longa duração”. Indica depois que o processo independentista de Assunção foi “conseqüência da decomposição política e geográfica dos vice-reinados”, muito mais do que uma verdadeira revolução política. Constata ainda que a centralização política e a ausência de conflitos no período anterior à guerra contra a tríplice aliança foi favorecida pela “ausência de estruturas de grandes latifundiários”. Nem latifundiários e muito

menos uma burguesia propriamente constituída. Esta é uma característica da formação social paraguaia que nos parece subjacente em toda sua história e que pode ajudar a explicar a ausência não apenas de conflitos no período anterior à guerra, mas inclusive a própria natureza do regime lopizta. Nele, o executivo adquire um papel monumental devido à escassa diferenciação social e ausência de disputa por parte de classes dominantes (praticamente inexistentes).

O Estado “liberal” de pós-guerra não é o resultado da estruturação de um sistema político diferente feito por classes sociais autóctones. As oligarquias políticas que se apropriam do poder durante todo o período liberal encontram sua força no apoio dos estados vencedores da guerra – Brasil e Argentina. Faltando-lhes, assim, o solo para afirmar um verdadeiro regime liberal.

A instabilidade política que se prolongou até 1954 é indicativa de que continuou faltando ao Paraguai a base social para um verdadeiro regime democrático: uma classe ou aliança de classes suficientemente vigorosa para impor a sua direção ao Estado nacional. Na ausência desta, o seu papel será ocupado pelas classes dominantes de outros estados: os Estados Unidos de Norte - América e o Brasil.

Nesse ponto, me parece que a contribuição da professora Ceres Moraes se complementa com a excelente análise da Professora Lorena Soler, pois o desenvolvimento da ingerência norte-americana e da política do Estado brasileiro no Paraguai como ela expõe, foram fundamentais para a consolidação e longevidade da ditadura de Stroessner. Podemos até afirmar que funcionaram como uma das mais importantes bases sociais da ditadura.

A história da intervenção militar, econômica e cultural do Estado brasileiro no Paraguai que Ceres Moraes realiza com precisão mostra que a ditadura de Stroessner incorporou na sua auto-justificação cotidiana e os utilizou de modo muito mais intenso, elementos como o anticomunismo, a paz e desenvolvimento econômico. Ao apresentar ao “irmão povo brasileiro” como seu sócio nessas realizações, atenuou o gume das formulações nacionalistas, esvaziando-as, principalmente, do seu conteúdo antibrasileiro.

O que fazer com o relato nacionalista sobre a guerra contra a tríplice aliança e o passado lopizta num período de construção democrática não nos parece, desta forma, algo tão problemático. Mais problemático é pensar nas condições de estruturar um verdadeiro regime democrático num país que não conquistou a sua soberania, condição de qualquer Estado democrático.